

MENSAGEM Nº 93

/GG

Teresina (PI), 17 de JELEMBRO

de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor

Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

NESTA CAPITAL

Excelentissimo Senhor Presidente.

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhoras Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que "Altera a Lei nº 7.611, de 22 de outubro de 2021.

O presente Projeto de Lei visa alterar a Lei nº 7.611, de 22 de outubro de 2021, que criou o Programa Nordeste Acolhe - Piauí, programa de proteção social voltado para as crianças e adolescentes em situação de orfandade em face da pandemia da Covid-19, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Consórcio Nordeste.

A alteração visa corrigir a redação do inciso II, do § 2º do art. 1º, da Lei nº 7.611, de 2021, bem como a redação do § 1º do art. 2º, da referida Lei, de modo a permitir que, em família bilaterais, a morte de, ao menos, um dos pais, por covid-19, em situação de vulnerabilidade, seja causa suficiente para propiciar o recebimento do benefício pela criança ou adolescente, não se exigindo a orfandade completa, isto é, orfandade de ambos os pais, para o recebimento do benefício previsto na Lei.

Dessa forma, em virtude da importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa a sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que submeto à superior consideração desse Poder Legislativo.

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Governador do Estado do Piauí

Emanuellito de Oliveira Costa

Secretário Geral da Mesa

de 22 de outubro de 2021.

PROJETO DE LEINº 61 , DE 17 DE DECEMBRO DE 2021
TO NO EXPERENTAL EL
Em, 20/12/2021 Altera a Lei nº 7.611, de 22 de outubro de 2011.
1º Secretário
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º A Lei nº 7.611, de 22 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1°
§ 2º Considera-se público deste Programa as crianças ou adolescentes em situação de orfandade, nas condições a seguir: I - situação de orfandade em família bilateral: condição social na qual se encontra a criança ou adolescente em que, ao menos, um dos pais, biológico ou por adoção, faleceu em razão da Covid-19; e
II
"Art. 2º § 1º O auxílio a que se refere o caput deste artigo é instrumento de amparo às crianças e aos adolescentes em situação de orfandade e tem por finalidade contribuir para a garantia do direito à vida e à saúde, bem como para o acesso à alimentação, educação e lazer. " (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir

PALACIODE KARNAK, em Teresina(PI), 17 de dezembro de 2021.